



O ASSOCIATIVISMO COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA PARA O DIREITO À TERRA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA

ELEN CRISTIANE QUADROS DE LIMA; LUIZA LOURENÇO NUNES BENCK;
MARIELI BRAGA DE OLIVEIRA; MILLENA GOMES FERREIRA; REIDY ROLIM DE
MOURA

RESUMO

O associativismo emerge como uma estratégia fundamental para promover o desenvolvimento comunitário, assegurar o direito à terra e fomentar a solidariedade. As formas associativas, pela natureza democrática na condução das atividades, configuram um ideal societário voltado ao bem comum. Dessa forma, se enquadra na necessidade de associação e convivência, atua localmente, e procura entender uma relação com a sociedade, como também com a realidade, fortalecendo a dignidade e a identidade. Em comunidades rurais, como as do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o associativismo possui constante presença, seja no processo de produção como também nas relações entre eles, sua subjetividade e formas de se viver. Diante disso, este relato de experiência tem como finalidade identificar o papel do associativismo como uma ferramenta de resistência no Assentamento Emiliano Zapata, localizado em Ponta Grossa (PR). A justificativa para este estudo está na necessidade de compreender como as organizações associativas podem fortalecer a capacidade de enfrentamento dos assentados na busca por seus direitos. Os objetivos deste trabalho incluem analisar o papel do associativismo no assentamento e investigar como esta prática pode ser uma estratégia eficaz de resistência no campo, fortalecendo identidades, costumes e vivências. Isso visa melhorar a qualidade de vida e as perspectivas de coletividade entre os trabalhadores. A metodologia utilizada envolve a revisão de literatura sobre associativismo e a análise de documentos para verificar como as práticas associativas contribuíram para o processo de regularização do assentamento. Os resultados obtidos mostram que o associativismo desempenha um papel crucial, tornando-se um importante mecanismo de participação social e resistência camponesa. Estas práticas não só fomentam melhores concepções de vida, mas também fortalecem a autonomia dos moradores e promovem a geração de renda e o desenvolvimento sustentável no assentamento. Conclui-se, portanto, que o associativismo representa uma estratégia de resistência no Assentamento Emiliano Zapata, capaz de promover a solidariedade, melhorar a qualidade de vida e fortalecer as identidades e vivências dos trabalhadores. Ao potencializar os recursos locais e fortalecer a capacidade de organização comunitária, o associativismo se mostra como um pilar essencial para a autonomia e o desenvolvimento sustentável dos assentados.

Palavras-chave: Práticas associativas; Reforma agrária; MST; Comunidades rurais; Participação social.

1 INTRODUÇÃO

No cenário brasileiro, os assentamentos rurais surgem como espaços de luta e resistência, onde grupos buscam acesso à terra e condições dignas de vida. Nesse contexto, o

Assentamento Emiliano Zapata, localizado no município de Ponta Grossa, no Paraná, destaca-se como um exemplo de organização comunitária, práticas sustentáveis e resistência popular.

A justificativa para este relato reside na necessidade de compreender como o associativismo emerge como uma ferramenta de resistência, autonomia dos assentados e superação das adversidades no contexto do assentamento, além das práticas associativas que fomentam a solidariedade entre o grupo.

Segundo Gohn (2012), o associativismo configura-se como uma forma de organização social capaz de promover a mobilização e a participação coletiva, que são fundamentais para a construção de processos democráticos e para o enfrentamento de desigualdades socioeconômicas. Os trabalhadores rurais, portanto, têm ações associativas a fim de obter uma melhor convivência entre eles, com concepções comunitárias e sustentáveis, que visam a autogestão dos colaboradores.

Por meio da pesquisa bibliográfica e documental pretende-se discorrer sobre o associativismo e as diversidades dele no assentamento Emiliano Zapata, e relatar as práticas associativas como ferramentas de resistência e luta pelo direito à terra. Os objetivos do trabalho são, portanto, compreender o associativismo a partir de diferentes concepções teóricas e discutir o papel dele como um mecanismo de resistência no contexto do Assentamento Emiliano Zapata, com destaque da importância da luta pela terra na promoção da reforma agrária popular e a conquista da regularização do assentamento.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa adequada para explorar fenômenos sociais complexos, que permitam uma análise aprofundada das práticas associativas e suas implicações para a comunidade. Segundo Silva (2010, p. 6) “A abordagem qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Ela aprofunda a complexidade de fenômenos, fatos e processos”. Para a realização do presente trabalho, será feita uma pesquisa bibliográfica sobre associativismo, de modo a analisar as relações das práticas associativas como ferramentas na luta pela terra das comunidades rurais. De acordo com Cervo (1983, p. 55), a pesquisa bibliográfica “busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema”.

O associativismo manifesta-se como um material essencial na promoção dos direitos fundamentais, sendo uma resposta à individualidade e competição presentes no sistema capitalista que enfatiza a importância dos seus princípios. Além disso, compõe práticas fundamentais para a Economia Solidária (EcoSol), que busca uma sociedade contraposta à lógica capitalista, como pontua Luchmann (2014), sobre as contribuições do associativismo nos indivíduos:

desenvolvimento individual, contribuindo para a formação, o aumento e o suporte na formação de cidadãos mais democráticos, especialmente em sua capacidade de produzir julgamentos autônomos; na formação da opinião pública construindo, ampliando e problematizando as opiniões e políticas; no fortalecimento das instituições de representação, além da criação de canais institucionais que produzam, via participação dos cidadãos, decisões políticas legítimas (LUCHMANN, 2014, p. 160).

Especificamente em relação às associações e cooperativas de produtores, observa-se que o uso de práticas solidárias, isto é, o agrupamento de produtores com interesses em comum, tem como finalidade resolver os problemas do grupo, quer sejam de produção, comercialização ou de serviços, de forma a viabilizar a sustentação das propriedades e superar entraves produtivos e logísticos. De forma coletiva, representa uma importante opção

estratégica capaz de transformar ou modificar uma realidade, e até mesmo, proporcionar aos diferentes atores sociais alguns meios de adaptação a essa realidade.

Nesse sentido, cabe ressaltar a luta pelo espaço como também pela terra, pois é uma junção dos trabalhadores em prol do coletivo, de direitos e oportunidades dignas de vida. O Brasil é um país possuidor de estruturas agrárias mais concentradas do mundo; herança histórica do período colonial no século XVI, que permanece ainda na atualidade. Desse modo, a luta pela terra no país é antiga e se pauta em uma reforma agrária popular, como a realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), iniciada em 1984 com três objetivos principais como base: a luta pela terra, por reforma agrária e por transformação social (MST, 2021).

Conforme a Lei nº 4.504/64 considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (BRASIL, 1964).

A Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), vinculada a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) faz parte de um programa de extensão da universidade e integra os três pilares fundamentais da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Assim, destaca-se pelo compromisso com os princípios da Economia Solidária e pela oferta de suporte e orientação aos grupos durante a fase de incubação ou associados à iniciativa. O apoio da IESol em grupos de comunidades rurais, como o assentamento Emiliano Zapata, foi concentrado especialmente na melhora das condições de comercialização da produção local e suporte ao grupo no processo de regularização do assentamento, como também na realização de formações e oficinas para produção do conhecimento do grupo no processo de incubação, iniciado em 2008. Diante do vínculo entre a IESol e o assentamento, para realização do presente trabalho serão analisados documentos, como dossiês, relatórios e outros registros.

A análise documental envolve a identificação, verificação e apreciação com um propósito definido. Esta abordagem visa extrair uma representação objetiva da fonte original, que facilita a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além de contextualizar os fatos em momentos específicos (MOREIRA, 2005).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após 21 anos de luta e resistência, a comunidade do assentamento Emiliano Zapata conquistou a regularização das terras. A área ocupada, originalmente pertencia à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que a recebeu por meio de doação da União para fins de pesquisa. No entanto, a área estava sendo explorada para o monocultivo de pinus, atendendo aos interesses do setor privado, sendo também utilizada para o cultivo de soja e experimentos com sementes transgênicas. Além disso, parte da área estava sob ameaça de grilagem por fazendeiros locais (MST, 2024).

No dia 26 de agosto de 2003 a área foi ocupada por famílias que lutam pela reforma agrária, as quais passaram a dedicar-se especialmente na produção de agroecológicos, que foi impulsionada com o auxílio da IESol na criação da Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia Solidária (Cooperas) em 2011 e viabilizou uma melhor comercialização de alimentos. O trabalho coletivo e cooperado possibilitou ao assentamento a participação em programas nacionais como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (PNAE), produzindo positivos resultados na produção e distribuição dos agroecológicos (IESOL, 2013).

Nesse contexto, as práticas associativas emergem como alternativas aos assentados através da busca pelo desenvolvimento rural e na reprodução socioeconômica, podendo ser utilizada como estratégia na luta e permanência na terra. Essas uniões voluntárias de pessoas ou entidades são fundamentadas na cooperação mútua, participação democrática e

solidariedade, buscando benefícios para o grupo como um todo. A aplicação é abrangente, e engloba áreas econômicas, sociais, culturais e educacionais (Oliveira, 2008).

O associativismo surge como resultado da busca pela sobrevivência e melhoria das condições de vida nas comunidades, onde todo o patrimônio de uma associação é constituído pelos associados ou membros. Assim, nas comunidades, a participação, a solidariedade e a cooperação em torno de objetivos compartilhados têm sido fundamentais para garantir melhores condições de vida. Mais do que uma mera forma de organização, essa prática representa uma conquista e construção social (PORTAL IDEA, 2019).

Desse modo, o associativismo dispõe importante papel enquanto ferramenta de resistência no campo, sendo fundamental para a regularização das terras do assentamento Emiliano Zapata que enfrentou adversidades, como ameaças de despejo, falta de infraestrutura básica e reconhecimento legal. Os moradores do assentamento uniram-se para formar associações comunitárias, que serviram de plataformas para discutir problemas comuns, organizar mobilizações e negociar com autoridades governamentais.

A Cooperativa do Assentamento Zapata tornou-se a principal entidade representativa e facilitou a comunicação interna e externa, além de fortalecer a coesão social entre os residentes. As associações comunitárias organizaram diversas ações, isso inclui manifestações, assembleias e reuniões com autoridades municipais e estaduais. Por meio da mobilização coletiva, os moradores conseguiram chamar a atenção da mídia e de organizações dos direitos humanos, assim, aumentou a pressão sob o governo para buscar soluções. O assentamento recebeu apoio de ONGs, universidades e grupos de advogados que ofereceram assessoria jurídica, planejamento urbano e suporte técnico. Essas parcerias foram essenciais para fornecer aos moradores as ferramentas e conhecimentos necessários para navegar pelos complexos processos legais e burocráticos da regularização fundiária. As associações comunitárias participaram ativamente das negociações com o governo, apresentando propostas e reivindicações claras. A insistência na necessidade de uma solução justa e a capacidade de negociação demonstraram o poder do associativismo em influenciar políticas públicas (IESOL, 2024).

A participação ativa dos moradores na implementação desses projetos garantiu que as soluções fossem adequadas às necessidades da comunidade. O processo de regularização do Assentamento Emiliano Zapata mostrou como o associativismo pode ser tão eficaz na resistência e transformação social que até empoderou os moradores, pois forneceu uma voz coletiva e aumentou a capacidade de influenciar decisões políticas. A formação de associações e a ação coletiva fortaleceram o tecido social da comunidade e promovem um ambiente de cooperação e solidariedade. A experiência do Zapata serve como um modelo inspirador para outras comunidades em situação similar, porque demonstra a importância da organização comunitária e do engajamento cívico, articulados aos elementos das práticas associativas.

4 CONCLUSÃO

Conforme Leonello (2010), o associativismo é caracterizado pelas reivindicações civis e é um canal de participação na esfera pública, o qual envolve dimensões políticas e socioeconômicas para o alcance na qualidade e dignidade de vida dos trabalhadores e defesa da cidadania para todos. Uma associação, portanto, não possui fins lucrativos e exploratórios, onde os indivíduos se organizam para entender os interesses em comum de forma democrática e igualitária. Ela existe porque os associados têm um objetivo comum e trabalham em grupo para o alcance desse objetivo. No meio rural, o associativismo pode ser entendido, segundo Ricciardi e Lemos (2000), como um instrumento de luta dos pequenos produtores, proporcionando a permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação como cidadãos. Uma associação não é somente uma organização de pessoas com objetivos comuns

para proporcionar uma melhor reprodução econômica de seus sócios, mas também, uma organização mais complexa com objetivos também de caráter social, que desempenha funções importantes e complexas por meio de estatutos e regimentos.

Assim, percebe-se que o associativismo juntamente aos Trabalhadores Rurais Sem Terra é responsável pelo desenvolvimento local e social, e, como construtor de vínculos sociais e identidade coletiva diante da crise do mundo do trabalho, que também é a crise social, ou seja, uma crise dos vínculos sociais. Nesse sentido, o objetivo do trabalho se constitui em abordar o papel do associativismo como um aparato para a defesa dos direitos territoriais e urbanos na comunidade do assentamento Emiliano Zapata, reforçando a relevância da luta pela terra e espaço, como também a conquista da regularização do assentamento.

A luta pela terra é caracterizada por um movimento sempre presente na resistência e luta por direitos dos trabalhadores, que conferiu a regularização do assentamento no começo do ano de 2024. Isso acontece por meio de práticas e ações associativas inseridas com a coletividade e solidariedade, que favorecem as relações sociais dos trabalhadores. O associativismo no Assentamento Zapata exemplifica a força da ação coletiva na luta por direitos e justiça social. Através da formação de associações, mobilizações e parcerias estratégicas, os moradores conseguiram superar adversidades e alcançar a regularização fundiária. Este processo oferece valiosas lições para outras comunidades em busca de reconhecimento e melhorias nas suas condições de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1964.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS, PONTA GROSSA. Dossiê do Zapata, 2013.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS, PONTA GROSSA. Dossiê do Zapata, 2024.

LEONELLO, João Carlos. O ASSOCIATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO NA DINÂMICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2010. 147 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010.

LÜCHMANN, L. H. H.. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, p. 159-178, 2014.

MOREIRA, S. V. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?**. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>.

Acesso em: 10 maio 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Comunidade do MST com mais de 20 anos deve se tornar assentamento em Ponta Grossa (PR)**. 2024.

Disponível em: <https://mst.org.br/2024/03/11/comunidade-do-mst-com-mais-de-20-anos-se-torna-assentamento-em-ponta-grossa-pr/>. Acesso em: 10 maio 2024.

OLIVEIRA, C. A. (2008). **Associativismo**: Uma Análise Teórica. Revista Contabilidade & Finanças, 19(47), 115-127.

SILVA, G. C. R. F. **O método científico na psicologia**: abordagem qualitativa e quantitativa. Psicologia.pt, p. 1-10, 2010. Disponível em:

<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0539.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.